

Escola decide manter livro didático com erro

Renata Jubran/AE

Direção do Albert Einstein afirma que obra é apenas um dos instrumentos usados na aula

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

A direção do Colégio Albert Einstein, na Cidade Dutra, em São Paulo, não vai suspender o uso do livro *Eu Gosto de Comunicação*, da Editora Nacional, um dos 80 que o Ministério da Educação (MEC) excluiu do catálogo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), por conter erros graves. A obra é usada por 500 alunos que freqüentam classes de 1ª a 4ª séries.

Segundo o coordenador pedagógico Robson Alves dos Santos, o livro didático é apenas um dos instrumentos usados em sala de aula e não compromete a qualidade de ensino.

“O livro não é uma bíblia para os nossos professores”, disse Santos. “É um referencial e pode estimular até mesmo o senso crítico dos estudantes a partir de suas falhas.” O coordenador salientou que a esta altura do ano a escola não pode alterar todo seu planejamento nem obrigar os pais a gastar mais dinheiro na compra de livros. Em sua opinião, o trabalho do MEC é louvável. Ele entende que o ministério deveria ter divulgado a lista dos livros com problemas antes do início do ano letivo.

Segundo parecer da comissão técnica, *Eu Gosto de Comunicação* — de autoria de Célia Passos e Zeneide Silva — apresenta erros conceituais e induz ao preconceito, entre outros problemas. “Sabemos que a obra não é a oitava maravilha do mundo”, admitiu. “Mas a parte de texto é adequada a nossa proposta.” O coordenador tentou obter uma cópia do parecer na Delegacia de Ensino, mas não conseguiu. “Disseram que o material é destinado somente às escolas públicas.” A Assessoria de Imprensa da Secretaria Estadual de Educação explicou que a delegacia não teve acesso ao relatório.

Estanque — Os erros conceituais relativos ao capítulo da Gramática foram desprezados pelos professores. “Montamos a aula de gramática na



Estudantes com obra vetada pelo MEC: coordenador pedagógico diz que falhas no livro podem estimular até mesmo o senso crítico dos alunos

lousa, a partir de sugestões dos próprios alunos e não com base no livro”, informou a coordenadora de Português da escola, Sonia Regina Mariano. A diretora do Albert Einstein, Miriam Regina Messias Ribeiro da Silva, explicou que colégio pretende preparar seu próprio material didático. “Por enquanto, não é possível porque os pais se sentem inseguros se os professores não adotam livros.”

Antes de optar por um título, a coordenação-geral da escola avalia a proposta de trabalho dos coordenadores de área sobre a obra. “Se o conjunto agrada, o livro é aprovado”, detalhou o coordenador pedagógico. Por enquanto, a instituição não recebeu reclamações dos pais.

“Estamos preparando uma circu-

lar para tranquilizar as famílias”, antecipou o coordenador. “Vamos reafirmar a proposta pedagógica e explicar o papel do livro no processo.” Para tanto, a escola aguarda um laudo da Editora Nacional sobre a obra.

Os alunos do colégio se dizem satisfeitos com o livro. “É muito interessante”, disse Juliana Fracrolli, 10 anos, da 4ª série. “Traz muitas informações novas e dá idéias para fazer redações.” Vanderson Araújo de Carvalho, 10 anos, destacou os textos para leitura e discussão. “Eu gosto mais do texto *As Férias do Não*”, exemplificou. “Aju-

da a gente perceber a importância das palavras.”

Disposição — Os editores dos livros didáticos excluídos do Guia da FAE estão dispostos a corrigir os erros, desde que os autores concordem com os pareceres da comissão do MEC. As editoras não precisam de mais do que 30 dias para reeditar o material que, após a re-

visão, poderá ser reinscrito no catálogo de 97.

Reunidos na sede da Associação Brasileira dos Editores de Livros (Abrelivros), em São Paulo,

os editores decidiram aguardar convocação do MEC para discutir os critérios de avaliação, que condenaram 80 obras destinadas a estudantes de 1ª a 4ª série do 1º grau. Das 1.159 inscritas, foram analisadas 464 e, dessas, 17% retiradas do guia.

Segundo o vice-presidente da entidade, Wander Soares, a discussão com o MEC deve ocorrer no segundo semestre. “Não vamos contestar a ação do ministério porque entendemos que é necessária”, disse Soares. “No entanto, alguns pareceres são subjetivos e não serão aceitos pelos editores ou autores.” Ele atribuiu à acomodação dos editores as informações desatualizadas contidas em algumas das obras excluídas.

**SANTOS: LISTA
DEVERIA SER
DIVULGADA
ANTES**